

**CEB LAJEADO S.A.**
CNPJ 03.677.638/0001-50**Força de Trabalho**

A CEB Lajeado S.A., atenta em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 7 profissionais.

A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da Empresa:

COLABORADORES	
Quadro próprio	-
Comissionados, sem vínculo efetivo	5
Contratados terceirizados	-
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	2
Estagiários	-
Total geral (Força de trabalho)	7

Gestão Administrativa

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor con-

tribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que esses possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no Plano de Negócio da Empresa.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2016, destacam-se:

- Renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua;
- Adesão à Repactuação do Risco Hidrológico;
- Elaboração de estudo detalhado sobre as bases do Contrato de Arrendamento dos ativos da Usina;
- Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e
- Distribuição total dos resultados de 2015 e dos saldos retidos dos exercícios de 2012 e 2014.

Perspectivas e Planos Futuros

A CEB Lajeado S.A. dará continuidade às ações em curso e concebidas no seu Plano de Negócio para o período de 2017 a 2021, visando maximizar os seus resultados empresariais. Dentre elas, destacamos:

- Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;

- Acompanhar o andamento da ação ordinária objeto do Processo nº 2009.34.00.0081.20.5, impetrada em desfavor da ANEEL, com vistas à obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado;
- Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;
- Manter a busca permanente da qualidade e da transparência nas decisões empresariais;
- Qualificar e aprimorar a força de trabalho; e
- Envidar esforços perante os sócios do Consórcio para implementação das novas bases do Contrato de Arrendamento propostas pela CEB Lajeado S.A., como forma de adequá-lo às atuais condições de mercado.

Agradecimentos

A Administração da CEB Lajeado S.A. agradece aos seus acionistas, à CEB Distribuição S.A., aos parceiros, fornecedores e instituições financeiras pela confiança que depositaram na Empresa durante o exercício de 2016 e, em especial, aos Conselhos de Administração e Fiscal e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientado para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas à contribuir para tornar a Empresa uma referência de eficácia na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal.

Brasília, 31 de dezembro de 2016.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016**BALANÇO PATRIMONIAL**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	15.733	15.869
Concessionários e permissionários	4	20.548	34.522
Impostos e contribuições a recuperar	5	9	2.973
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	6	8.360	6.051
Serviço em curso P&D	7	3.876	3.676
Repactuação do Risco Hidrológico	8	1.214	-
Outros créditos	10	6	-
		<u>49.746</u>	<u>63.091</u>
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Concessionários e permissionários	4	8.199	-
Tributos diferidos	24	-	147
Títulos a receber - Investco S.A	9	1.134	1.137
Repactuação do Risco Hidrológico	8	13.658	16.086
Outros créditos	10	1.128	1.128
		<u>24.119</u>	<u>18.498</u>
Investimentos	11	201.658	215.817
Imobilizado		117	136
Intangível	12	94.190	100.077
		<u>320.084</u>	<u>334.528</u>
Total do Ativo		<u>369.830</u>	<u>397.619</u>

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO			
Circulante			
Contas a pagar	13	6.275	5.458
Salários e encargos sociais	14	264	223
Obrigações tributárias	15	7.561	16.155
Obrigações com acionistas	16	16.670	18.834
Pesquisa e desenvolvimento	17	5.129	4.519
Outras obrigações	18	554	674
		<u>36.453</u>	<u>45.863</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	19	145.656	145.656
Reserva de capital		151.225	151.225
Reservas de lucros		36.430	54.804
Ajuste de avaliação patrimonial		66	71
		<u>333.377</u>	<u>351.756</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>369.830</u>	<u>397.619</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida			
20		<u>118.756</u>	<u>112.016</u>
Custo com energia elétrica e operação			
21		<u>(85.883)</u>	<u>(55.653)</u>
Lucro operacional bruto		<u>32.873</u>	<u>56.363</u>
Receitas / (despesas) operacionais			
22		<u>(2.926)</u>	<u>(2.540)</u>
Gerais e administrativas		(5.887)	(5.887)
Amortização de ágio		23.389	13.993
Resultado de equivalência patrimonial		<u>14.576</u>	<u>5.566</u>
		<u>47.449</u>	<u>61.929</u>
Resultado antes do resultado financeiro			
Resultado financeiro			
23		<u>5.234</u>	<u>5.149</u>
Receitas financeiras		(4.945)	(1.079)
Despesas financeiras		<u>289</u>	<u>4.070</u>
		<u>47.738</u>	<u>65.999</u>
Resultado antes dos tributos e participações			
Imposto de renda e contribuição social			
24		<u>(8.154)</u>	<u>(17.382)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(381)	147
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(8.535)</u>	<u>(17.235)</u>
		<u>(3.920)</u>	<u>(4.876)</u>
Partes beneficiárias		<u>35.283</u>	<u>43.888</u>
Lucro líquido do Exercício		<u>0,2578</u>	<u>0,3207</u>
Lucro básico e diluído por ação			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>145.656</u>	<u>151.225</u>	<u>13.953</u>	<u>6.591</u>	<u>12.750</u>	<u>44</u>	-	<u>330.219</u>
Operações com acionistas:								
Dividendos adicionais propostos destinados à reserva especial de dividendo não distribuído	-	-	-	(6.591)	6.591	-	-	-
Dividendos pagos no exercício	-	-	-	-	(8.378)	-	-	(8.378)
Dividendos adicionais propostos do exercício	-	-	-	27.694	-	-	(27.694)	-
Juros sobre capital próprio creditados	-	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	43.888	43.888
Outros resultado abrangentes:								
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	27	-	27
Movimentações internas:								
Constituição de reserva legal	-	-	2.194	-	-	-	(2.194)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>145.656</u>	<u>151.225</u>	<u>16.147</u>	<u>27.694</u>	<u>10.963</u>	<u>71</u>	-	<u>351.756</u>
Operações com acionistas:								
Dividendos pagos no exercício	-	-	-	-	(10.963)	-	-	(10.963)
Dividendos Adicionais Declarados	-	-	-	(27.694)	-	-	-	(27.694)
Dividendos adicionais propostos do exercício	-	-	-	18.518	-	-	(18.518)	-
Juros sobre capital próprio creditados	-	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	35.283	35.283
Outros resultado abrangentes:								
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Movimentações internas:								
Constituição de reserva legal	-	-	1.765	-	-	-	(1.765)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>145.656</u>	<u>151.225</u>	<u>17.912</u>	<u>18.518</u>	<u>-</u>	<u>66</u>	-	<u>333.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício	35.283	43.888
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - Coligadas	(5)	27
Resultado Abrangente Total	35.278	43.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
Atividades operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela venda de energia elétrica	130.994	113.030
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	1.099	850
Liberação de garantia - CCEE	7.583	8.179
Recebimento de dividendos / juros sobre capital próprio	34.246	26.757
Outras	4	27
	173.926	148.843
Saídas:		
Pagamento de arrendamento	(58.986)	(45.958)
Energia elétrica comprada para revenda	(16.712)	(31.020)
Custo uso do sistema de transmissão	(11.778)	(11.632)
Fornecedores de materiais e serviços	(389)	(375)
Salários, remuneração e encargos	(2.264)	(1.920)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(3.814)	(4.711)
Doações, contribuições e subvenções	(131)	(140)
Pagamento de despesas financeira	-	(24)
Pagamento de impostos	(21.015)	(7.480)
Encargos setoriais	(1.144)	(762)
Outros	(340)	(1.401)
	(116.573)	(105.423)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	57.353	43.420
Atividades de financiamentos		
Saídas:		
Pagamento de dividendos	(50.555)	(30.803)
Pagamento de partes beneficiárias	(6.934)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(57.489)	(30.803)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(136)	12.617
Saldo de caixa no início do exercício	15.869	3.252
Saldo de caixa no final do exercício	15.733	15.869
	(136)	12.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
1 - Receitas		
Venda de Energia Elétrica	132.082	124.659
	132.082	124.659
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	1.217	1.027
Material	3	6
Operações com energia elétrica (CCEE)	15.062	14.467
Repactuação do risco hidrológico	-	(16.086)
Custo de uso da rede de transmissão	10.790	10.532
Comp. Financ. pela Utilização dos Recursos hídricos	3.686	4.384
Outros custos operacionais	1.219	16
	31.977	14.346
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	100.105	110.313
4 - Retenções		
Depreciação	19	20
Amortização	5.887	5.887
	5.906	5.907
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	94.199	104.406
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Equivalência patrimonial	23.389	13.993
Receitas financeiras	5.234	5.149
	28.623	19.142
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	122.822	123.548
Pessoal e encargos	1.630	1.365
Impostos, taxas e contribuições	22.452	30.432
Arrendamento, alugueis e juros	59.537	42.987
Remuneração de capitais próprios	18.920	18.876
Retenção de lucros	20.283	29.888
8 - Valor adicionado total distribuído	122.822	123.548
	100,0%	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - Contexto Operacional

1.1 - Objetivo social

A CEB LAJEADO S.A. ("CEBLajeado" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado de direito privado, controlada pela holding Companhia Energética de Brasília - CEB e por uma coligada de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Esta lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Sua sede social está localizada na cidade de Brasília-DF no endereço SIA - Área de Serviços Públicos Lote "C" Bloco "M".

A CEBLajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, para o que poderá participar da sociedade Investco S.A. ("Investco"), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

1.2 - Participação societária

A CEBLajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia") são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, estado do Tocantins, na rodovia TO Miracema, Km 23, s/n, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93.

1.3 - Concessão

A CEBLajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Lajeado Energia	72,27%
CEBLajeado	19,80%
Paulista Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
Total	100,00%

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente pelos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias, e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEBLajeado.

A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e energia assegurada 823,3 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Anel nº 684/2015, que para contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como a CEBLajeado, transferiu parte deste risco para os consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP92, em que a Companhia possui proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superiores a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEBLajeado possui a responsabilidade de ressarcir os agentes de mercados.

A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, firmado em 27 de novembro de 2001, no montante inicial de energia contrata de 884.758,2 MWh/ano. Em 30 de dezembro de 2014 foi assinado o nono termo aditivo ao contrato bilateral de compra e venda de energia estipulando a sua prorrogação até o prazo limite da concessão de CEBLajeado (15 de dezembro de 2032). Neste novo termo aditivo, o volume contratado de energia em 2015 e 2016 foi reduzido em 11,02% passando para 796.949,79 MWh/ano. Para o restante dos anos de vigência do contrato, o montante será de 823.822,53 MWh/ano, o que representa uma redução de 7,4% em relação ao valor do contrato original. A adoção dessa medida teve como objetivo reduzir a exposição da CEBLajeado no Mercado de Curto Prazo, e, caso houvesse excedente de energia, realizar a sua venda pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

1.4 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D

A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional após dedução do PIS e da COFINS em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

2 - Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 - Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa - DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa 33.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEBLajeado avaliou os eventos subsequentes até 23 de fevereiro de 2017, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias e Permissionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo do imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente utilizando o método de projeção de fluxo de caixa para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia não tem causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias de valor relevante, exceto aquelas mencionadas na nota explicativa 27. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

A necessidade de constituir ou não provisões é revisada mensalmente pela Administração para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes dos devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação.

(iv) Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. No caso específico do intangível, a amortização é feita considerando o prazo da concessão.



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota explicativa 12).

(v) **Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE**
A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2016, mas não tem sido relevantes ao longo dos anos, tendo em vista o conhecimento acumulado do corpo técnico da CEBLajeado e das empresas do Grupo sobre as normas e experiências em relação ao setor de energia.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota explicativa 3).

2.6 - Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria são consideradas as aplicações financeiras registradas em caixa e os equivalentes de caixa (Nota explicativa 3).

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de valores mobiliários até o vencimento. Tais ativos financeiros são classificados e mantidos até o vencimento. Os investimentos são preservados até o vencimento e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Companhia tem registro Títulos a Receber - Investco S.A. (Nota explicativa 9).

c) Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota explicativa 3) e Concessionária e Permissonárias (Nota explicativa 4).

(ii) Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia realiza a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar os ativos e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.8 - Concessionárias e permissionários

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota explicativa 4).

2.9 - Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O investimento da Companhia está líquido de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.10 - Intangível

É constituído pelo valor do ágio obtido na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, deduzido da amortização acumulada, calculada até a data do período final de sua utilização, ou seja, até o final do prazo de concessão (Nota explicativa 12).

2.11 - Redução ao valor recuperável de ativos

O saldo de investimentos e intangível (goodwill) são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2016.

2.12 - Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar (Nota explicativa 13) e obrigações com acionistas (Nota explicativa 16).

2.13 - Contas a pagar

O valor do saldo de contas a pagar é composto basicamente pelo Arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada pela CEBLajeado e pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas demonstrações financeiras (Nota explicativa 13).

2.14 - Obrigações tributárias

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social sobre lucros são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de tributos diferidos no Passivo.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fiscalmente a compensação com impostos a pagar.

2.15 - Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPSC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Os juros sobre capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação destas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transitam pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

2.16 - Participações estatutárias

Alienação de partes beneficiárias, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

2.17 - Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações

são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.18 - Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (Nota explicativa 19.1).

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.19 - Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota explicativa 19.3.1).

2.20 - Reserva de capital

Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea "a" do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota explicativa 19.2).

2.21 - Reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído

Constituída até o ano 2015 de acordo com § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76 e § 1º do art. 35 do Estatuto Social (Nota explicativa 19.3.2).

2.22 - Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existem as seguintes evidências convincentes:

- de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador;
- de ser provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e
- de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado CEB Distribuição e devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.23 - Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A

Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.24 - Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2017.

3 - Caixa de equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa rotativo	1	1
Banco de Brasília – BRB	-	2
Banco Itaú	3	4
Banco de Brasília – BRB – aplicação financeira	15.729	15.862
Total	15.733	15.869

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB contratados em instituições financeiras nacionais de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo com remuneração entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4 - Concessionários e permissionários

	31/12/2016	31/12/2015
CEB Distribuição S.A	27.783	23.829
Câmara de comercialização de energia elétrica	964	10.693
Total	28.747	34.522
Circulante	20.548	-
Não Circulante	8.199	-

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 3, 13 e 23 do mês posterior ao da venda de energia. O saldo de R\$27.783 mil é composto por R\$11.385 mil referentes ao faturamento de dezembro a vencer em janeiro de 2017 e de R\$16.398 mil referentes aos saldos em aberto de período anterior não liquidados pela CEB Distribuição tempestivamente, incluindo multa e juros estabelecidos contratualmente, que foram renegociados pelas Companhias em 20 de dezembro de 2016, sendo as principais condições de quitação as seguintes:



CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50

15 - Obrigações tributárias

Estão representados pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ e CSLL a Pagar	3.736	12.789
IRRF sobre juros sobre capital próprio	2.250	2.100
IRPJ e CSLL Diferidos	234	-
PIS a recolher	235	221
COFINS a recolher	1.089	1.040
Outros tributos a recolher	17	5
Total	7.561	16.155

A redução do saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 ocorreu pela liquidação dos tributos sobre lucros apurados durante o exercício de 2016. No exercício de 2016, a Companhia apurou lucro fiscal e constituiu provisão para pagamento do Imposto de Renda Pessoal Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

16 - Obrigações com acionistas

A movimentação para as obrigações com os acionistas correspondente ao exercício de 2016 é como segue:

	31/12/2015	Adições	Pagamentos	31/12/2016
Companhia Energética de Brasília - CEB				
Juros sobre Capital Próprio - 2015	6.655	-	(6.655)	-
Juros sobre Capital Próprio - 2016	-	7.130	-	7.130
Dividendos Retidos Exercícios 2013 e 2014	-	6.130	(6.130)	-
Dividendos Exercício 2015	-	15.487	(15.487)	-
Subtotal	6.655	28.747	(28.272)	7.130
Eletrobrás				
Juros sobre Capital Próprio - 2015	5.245	-	(5.245)	-
Juros sobre Capital Próprio - 2016	-	5.620	-	5.620
Dividendos Retidos Exercícios 2013 e 2014	-	4.832	(4.832)	-
Dividendos Exercício 2015	-	12.206	(12.206)	-
Partes Beneficiárias	6.934	3.920	(6.934)	3.920
Subtotal	12.179	26.578	(29.217)	9.540
Total	18.834	55.325	(57.489)	16.670

Os juros sobre o capital próprio - JSCP foram calculados conforme o art. 9º da Lei 9.249/95, considerando a TJLP sobre o patrimônio líquido de 2015 e de 2016, limitado a 50% do lucro líquido do exercício apurado antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL.

Durante o exercício de 2016, a Companhia efetuou a liquidação do saldo de dividendos do exercício de 2015 no montante de R\$ 27.693 (Nota explicativa 19.3.3), sendo R\$15.487 mil para CEB Holding e R\$12.206 mil para a Eletrobrás. Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no Patrimônio Líquido, em conta específica, até a deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08.

As partes beneficiárias conferem aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro líquido do exercício apurado, observando-se o disposto na Lei 6.404/76 e será devida e paga na mesma data em que forem devidos e pagos os dividendos anuais ou juros sobre o capital próprio atribuídos aos acionistas da Companhia o aumento do saldo é referente à parcela do ano de 2016. Em dezembro de 2016, a Companhia realizou o pagamento das partes beneficiárias dos anos de 2014 a 2015 no montante de R\$ 6.934 mil.

17 - Pesquisa e desenvolvimento

	31/12/2016	31/12/2015
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	81	70
Ministério das Minas e Energia	40	35
Recursos em poder da empresa	5.008	4.414
Total	5.129	4.519

18 - Outras obrigações

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de fiscalização ANEEL	38	34
Compensação financeira utilização recursos hídricos	503	630
Outros credores	13	10
Total	554	674

19 - Patrimônio líquido

19.1 - Capital social

O capital social da CEBLajeado é de R\$145.656 mil, totalmente subscrito e integralizado, representado por 136.850.013 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 82.013.911 ações ordinárias e 54.836.102 ações preferenciais, divididas da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEB Holding	82.013.911	100	-	-	82.013.911	60
Eletrobrás	-	-	54.835.800	100	54.835.800	40
Amadeu Zamboni	-	-	300	-	300	-
Sérgio Feijão	-	-	2	-	2	-
Total	82.013.911	100	54.836.102	100	136.850.013	100

As ações têm direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio - JSCP pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

O Acordo de Acionistas celebrado entre a CEBLajeado e a Eletrobrás prevê:

a) Distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio;

b) Garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos;

c) As ações preferenciais gozarão do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei nº 6.404, de 1976;

c) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, observado o disposto no art. 5º, Parágrafo 2º, do estatuto, 25% dos lucros líquidos, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (Artigo 35, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e

d) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do art. 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76.

f) No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76.

19.2 - Reserva de capital

Refere-se à alienação de 10.000 partes beneficiárias à Eletrobrás ao valor total de R\$ 151.225, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032 (final da concessão), quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

19.3 - Reserva de lucros

O saldo é composto dos seguintes valores:

	31/12/2016	31/12/2015
Reserva legal	17.912	16.147
Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	-	10.963
Dividendos adicionais propostos	18.518	27.694
Total	36.430	54.804

19.3.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social.

19.3.2 - Reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído

A Reserva especial foi constituída em conformidade com art. 202 §4º e 5º da Lei 6.404/76 e suas alterações, que dispõem que o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social quando os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros não distribuídos nesta situação são registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Em 2016, a Administração da Companhia realizou o pagamento do saldo existente nesta rubrica em 31 de dezembro de 2015, que é originário do ano de 2014, quando ocorreram desembolsos imprevistos de caixa em relação ao risco hidrológico que impediu a distribuição dos dividendos à época.

19.3.3 - Dividendos adicionais propostos

No exercício de 2015 foi realizada a constituição de R\$27.694 mil corresponde a valor acima do dividendo mínimo obrigatório. Este valor foi mantido no Patrimônio Líquido, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08. Em 2016, a Companhia transferiu o montante constituído conforme exposto acima para o passivo e realizou seu pagamento.

Em dezembro de 2016, a Administração destinou o valor de R\$ 18.518 mil para constituição da provisão de dividendos adicionais propostos, que é referente ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado ao final de 2016. Este valor será submetido à apreciação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar a destinação do resultado do exercício de 2016.

19.4 - Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à contabilização de reserva reflexa de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais na coligada Investco.

19.5 - Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	35.283
Reserva legal	(1.765)
Lucro líquido ajustado	33.518
Remuneração:	
Dividendo mínimo obrigatório	8.379
Dividendos adicionais propostos	25.139
	33.518
Natureza:	
Juros sobre capital próprio	15.000
Dividendos adicionais propostos	18.518
Total Bruto	33.518
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	(2.250)
Total líquido do IRRF s/ JSCP	31.268
Remuneração total por ação:	0,2285

20 - Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Venda de energia elétrica - CEB Distribuição S.A	130.213	121.343
Energia de curto prazo - CCEE	1.869	3.316
Receita operacional bruta	132.082	124.659
PIS / COFINS	(12.155)	(11.531)
Pesquisa e Desenvolvimento	(1.171)	(1.112)
(-) Deduções da receita	(13.326)	(12.643)
Receita operacional líquida	118.756	112.016

21 - Custo com energia elétrica e operação

	31/12/2016	31/12/2015
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	15.062
Arrendamento Investco S.A.	21.2	54.592
Custo uso do sistema de transmissão		10.790
Compensação financeira utilização de recursos hídricos		3.686
Prêmio de seguro - Repactuação do risco hidrológico	21.3	1.214
Taxa de fiscalização		461
Contribuição compulsória CCEE		78
Total	85.883	55.653

21.1 - Energia elétrica comprada para revenda: O valor se refere à compra de energia no mercado de curto prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A redução desse custo foi consequência da Repactuação do Risco Hidrológico.

21.2 - Arrendamento Investco S/A: Despesa relativa ao arrendamento dos ativos da UHE Luis Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, apurado conforme detalhado na nota explicativa 13.1. O aumento desse custo ocorreu por dois motivos: i) pelo ajuste da inflação estimada para o ano de 2015 ter sido inferior ao realizado e ii) pela projeção da inflação acima de 10% para o ano de 2016.

21.3 - Prêmio de seguro - Repactuação do risco hidrológico: O valor de R\$16.086 mil reconhecido em 2015 refere-se ao ressarcimento da energia adquirida neste ano como um benefício para as empresas que optarem pela repactuação do risco hidrológico. Este saldo está sendo utilizado para compensação do seguro instituído pela ANEEL como parte da transferência do risco após a repactuação.

22 - Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	1.630	1.365
Serviços de terceiros	1.218	1.027
Aluguéis	-	58
Contribuição sindical patronal	52	48
Depreciação	19	20
Despesas diversas	7	22
Total	2.926	2.540

23 - Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras		
Atualização financeira sobre operações no MCP (a)	(4.306)	(779)
Outras despesas financeiras	(295)	(224)
Ajuste a valor presente	(74)	(74)
Multa moratória	(270)	(2)
Subtotal	(4.945)	(1.079)
Receita financeira		
Receita financeira sobre aplicação financeira	1.143	1.100
Variação monetária sobre operações no MCP (a)	2.303	742
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebido	488	265
Juros e multas - Contas a receber	2.329	2.038
Outras receitas financeiras	120	1.004
Tributos sobre receitas financeiras	(1.149)	-
Subtotal	5.234	5.149
Resultado financeiro líquido	289	4.070

(a) Estes saldos são apurados no âmbito das operações da Companhia junto à CCEE, sobre as quais a Administração não possui qualquer gerência.

CEB L A J E A D O					
CEB LAJEADO S.A. CNPJ 03.677.638/0001-50					
24 - Imposto de renda e contribuição social					
	31/12/2016		31/12/2015		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL	47.738	47.738	65.999	65.999	
Adições permanentes					
Juros sobre capital próprio - Coligadas	9.835	9.835	7.119	7.119	
Amortização	5.887	5.887	5.887	5.887	
Gratificação de diretores	41	41	37	37	
AVP dividendos ações preferenciais	74	74	74	74	
	15.837	15.837	13.117	13.117	
Exclusão/adições temporárias					
Provisão MCP-CCEE	(688)	(688)	431	431	
Exclusões permanentes					
Resultado equivalência patrimonial	(23.389)	(23.389)	(13.993)	(13.993)	
Juros sobre capital próprio creditados	(15.000)	(15.000)	(14.000)	(14.000)	
Receita de dividendos	(339)	(339)	(265)	(265)	
AVP ações preferenciais	(70)	(70)	(65)	(65)	
	(38.798)	(38.798)	(28.323)	(28.323)	
(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL corrente	24.089	24.089	51.223	51.223	
Alíquota	15%	9%	15%	9%	
Adicional (lucro superior a R\$ 240 mil no período)	10%	-	10%	-	
Despesa IRPJ e CSLL	5.986	2.168	12.772	4.610	
Alíquota efetiva	13%	5%	19%	7%	
IRPJ e CSLL correntes		8.154		17.382	
IRPJ e CSLL diferidos		381		(147)	

26 - Partes relacionadas

	Partes Relacionadas	Período Transação	Preço Praticado em MWh	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Concessionárias						
a) Venda bruta de energia elétrica	CEB DISTRIBUIÇÃO	27.11.01 a 15.12.32	177,66	21.313		130.213
b) Encargos sobre energia	CEB DISTRIBUIÇÃO			6.470		2.328
Participação Societária						
c) Título a receber	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33		1.134		487
d) Investimento	INVESTCO			201.658		23.389
e) Ágio Eletrobrás	ELETOBRAS			94.190		(5.887)
Obrigações c/Acionistas						
f) Partes beneficiárias	ELETOBRAS	31.12.16			3.920	(3.920)
Contas a Pagar						
g) Arrendamento	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33			5.013	(54.592)
h) Pessoal cedido	CEB DISTRIBUIÇÃO	01.01.16 a 31.12.16			73	

a) Venda bruta de energia elétrica: Representa os valores a receber vencidos e a vencer em 31 de dezembro de 2016 e os valores faturados em 2016 referentes ao contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição mencionado na Nota explicativa 4.

b) Encargos sobre energia: Representa encargos a receber sobre a venda de energia à CEB Distribuição, em função dos atrasos nos pagamentos das parcelas pactuadas, apurados conforme critérios definidos contratualmente entre as partes, e o valor da atualização registrada no resultado do período.

c) Títulos a receber: Representa os valores a receber referentes às ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, ajustada a valor justo, e o valor dos dividendos propostos pela Investco referente a estas ações, mencionado na Nota explicativa 9.

d) Investimento: Representa o saldo do investimento da CEBLajeado na Investco e a equivalência patrimonial do resultado da investida reconhecida no período, mencionado na Nota explicativa 11.

e) Ágio Eletrobrás: Representa o ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida no exercício de 2005, detalhado na Nota explicativa 12, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

f) Partes beneficiárias: Referem-se à partes beneficiárias a pagar ao Acionista Eletrobrás (Nota explicativa 16).

g) Arrendamento: Refere-se ao contrato de arrendamento celebrado entre CEBLajeado e Investco, conforme demonstrado na Nota explicativa 13.1.

h) Pessoal cedido: Representa os valores a pagar referentes aos empregados cedidos da CEB Distribuição. Os ressarcimentos dos custos dos salários, encargos e benefícios são realizados mensalmente até o final da cessão.

27 - Passivos contingentes

27.1 - Contingências fiscais

A Companhia possui processos administrativos de natureza fiscal, no valor principal de R\$3.620, cuja perda foi estimada como possível baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Esses processos referem-se a créditos tributários compensados por meio de Declaração de Compensação - PER/DCOMP, os quais não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. A CEBLajeado, por meio de escritório de advocacia contratado, apresentou recursos administrativos com o objetivo de requerer o reconhecimento do direito de compensação desses créditos tributários.

25 - Remuneração dos administradores

Remuneração e encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria

O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, sendo 2 (dois) deles, e seus respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Companhia, e 1 (um) deles, e seu respectivo suplente, eleito pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Companhia. A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração é fixada pela Assembleia Geral da CEBLajeado.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral da CEBLajeado, que fixará a respectiva remuneração, observando os limites legais.

A Diretoria composta por 3 (três) membros, residentes no país, sendo um Diretor Geral e um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros é fixada pela Assembleia Geral.O valor total da remuneração paga no até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 722 mil (R\$ 688 em 31 de dezembro de 2015).

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração	73	68	490
Gratificação	-	-	54
Encargos sociais	11	11	178
Total	84	79	722
Número de membros	3	3	2

se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que é remota a perda deste assunto.

28 - Gestão de riscos

28.1 - Risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

28.2 - Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio da Investco e da venda pela CEBLajeado apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida.

28.3 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 3) e de concessionários e permissionários (Nota explicativa 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, tem equivalentes de caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para concessionários e permissionários, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica, fato este reduzido em parte através da repactuação do risco hidrológico.

28.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis perante à concessionárias e permissionários e de equivalentes de caixa, bem como do valor resultante da recuperação do valor correspondente à Repactuação do Risco Hidrológico.

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante tendo em vista que as aplicações financeiras são realizadas em banco público.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28.5 - Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A CEBLajeado é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

28.6 - Concentração de receitas

A Companhia realiza operações de vendas exclusivamente com parte relacionada, dentro da política estratégica definida pelo Grupo, ao qual a Companhia pertence.

29 - Plano de benefícios a empregados

A CEBLajeado e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado a complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 50012017031400050

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**CEB LAJEADO S.A.**
CNPJ 03.677.638/0001-50

O plano adotado é na modalidade de Contribuição Definida - CD, que não possui risco atuarial. O custeio do plano é feito através de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa.

30 - Restrição sobre as propriedades de ativos

No contrato de arrendamento foi oferecido pelas arrendatárias, como garantia, os direitos de concessão e os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como parte das receitas decorrentes da comercialização de energia gerada pela usina.

31 - Seguros

A Companhia não possui apólices de seguros contratados pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos, por serem irrelevantes os valores envolvidos na CEB Lajeado.

32 - Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

33 - Reconciliação do lucro do período com a geração de caixa operacional

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do exercício	35.283	43.888
Depreciação	19	20
Amortização	5.887	5.887
Partes Beneficiárias	3.920	4.973
Equivalência Patrimonial	(23.389)	(13.993)
Tributos Diferidos	381	(147)
Dividendos/JSCP de Ações Preferenciais	(487)	(149)
Outros	3	681
Ajuste no Resultado	(13.666)	(2.728)
Variações Patrimoniais		
(Aumento) Redução em contas a receber	5.775	(22.495)
(Aumento) Redução em impostos e contribuições a recuperar	2.964	1.050
(Aumento) Redução Tributos Diferidos	147	-
(Aumento) Redução em Contas de Caução	(2)	8.028
(Aumento) Redução em Outros Créditos	1.008	(18.185)
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	817	(7.169)
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	(8.975)	14.179
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(244)	95
Total	1.490	(24.497)
Caixa ProvEniente das Atividades Operacionais		
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos	34.246	26.757
	34.246	26.757
Total das Atividades Operacionais Geradas	57.353	43.420

34 - Outro assunto relevante

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 autorizando a Companhia Energética de Brasília - CEB, acionista controladora da CEB Lajeado, a alienar a sua participação acionária na Companhia, que é representada por 100% das ações ordinárias, conforme descrito na Nota explicativa 19, observadas as regras previstas em seu ato constitutivo e no acordo de acionistas. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de gás e de geração de energia elétrica.

* * *

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor-Geral
PAULO MARCOS CASCELLI DE AZEVEDO
Diretor Administrativo-Financeiro
CLEBER ALVES PEREIRA
Contador CRC-DF 021056/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselho de Administração e Diretoria da
CEB LAJEADO S.A.

nexia teixeira
auditores



Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Lajeado, S.A. ("Companhia" ou "CEBLajeado"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfases

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

1) A Nota explicativa 1.3 menciona que a CEB Lajeado possui contrato de venda de Energia exclusivamente para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico, que foi renovado até o final da Concessão da CEB Lajeado em 15 de dezembro de 2032. Por outro lado, os bens da usina, necessários à geração de energia, foram arrendados à CEB Lajeado pela companhia coligada, de capital aberto, a Investco. Como consequência dessas operações entre empresas do mesmo grupo econômico, as demonstrações financeiras em anexo devem ser analisadas neste contexto.

2) Conforme mencionado na Nota explicativa 34, o Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei 5.577 que autoriza a venda de sua participação na CEB Lajeado S.A., onde detém 100% das ações ordinárias. Essa participação é feita através da Companhia Energética de Brasília - CEB. Neste momento, é impossível determinar os efeitos futuros dessa possível alteração de controle nas Demonstrações financeiras da Companhia, caso ela realmente aconteça.

Outros assuntos

1) A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, o assunto descrito no tópico "Ênfase" supra também é aplicável à essa Demonstração.

2) As Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos relatório datado de 9 de março de 2016 sem ressalvas, mas contendo parágrafos de Ênfases sobre:

i) Ao mesmo assunto descrito no item i) tópico de "Ênfases" supra;

ii) à repactuação do risco hidrológico e os seus efeitos nas Demonstrações financeiras do exercício findo naquela data, cujos efeitos já foram refletidos nas Demonstrações financeiras; e

iii) ao custo adicional previsto pela Resolução CNPE 03/2013, conforme divulgado na Nota explicativa 27.2 a). Em 2016, este assunto deixou de ser relevante.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da CEB Lajeado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e desua coligada INVESTCO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017

NEXIA TEIXEIRA Auditores
CRC MG 5.194

DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA
Sócio e Diretor Executivo
Contador
CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Lajeado S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2016, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Nexia Teixeira Auditores, emitido sem ressalvas em 23.02.2017, bem como se integrou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2016.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Lajeado S/A.

Em cumprimento ao disposto no inciso VIII, art. 146 da Resolução nº 38/1990-TCDF, o Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Brasília, 10 de março de 2017.

JOEL ANTONIO DE ARAÚJO

DALMO ALEXANDRE COSTA

JOAZIR NUNES FONSECA